

JUNTA DE FREGUESIA DE OVAR



POLÍTICA GERAL DE PRIVACIDADE DA INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS



Política Geral de Privacidade da Informação e Proteção de Dados Pessoais

Política de Privacidade

A presente Política de Privacidade e Segurança fornece um enquadramento global acerca da aplicabilidade prática e teórica do tratamento e proteção dos dados pessoais recolhidos pela Freguesia de Ovar, conforme exigido por lei, incluindo as disposições do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD).

Ao utilizar os serviços da Junta de Freguesia, o utilizador declara aceitar integralmente o disposto nesta Política de Privacidade e Tratamento de Dados Pessoais.

Objeto

A proteção da privacidade e dos dados pessoais é uma prioridade da Junta de Freguesia de Ovar.

A Junta de Freguesia pretende assegurar um nível de proteção elevado e coerente do tratamento de dados pessoais, relativamente às pessoas singulares, independentemente da sua nacionalidade ou do seu local de residência.

O presente documento estabelece a política de privacidade da Junta de Freguesia em matéria de proteção de dados, nos termos do Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (RGPD) - Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, cuja execução, na ordem jurídica nacional, é assegurada pela Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto, adotando as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar o tratamento de dados em conformidade com a legislação aplicável, bem como para lidar com casos de violações de dados pessoais.

Estabelece, assim, as normas e procedimentos internos ao nível da proteção de dados pessoais para garantir que o seu tratamento é feito em conformidade com os requisitos legais, enunciando igualmente as medidas técnicas e organizacionais implementadas para proteger tais dados contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado e qualquer outra forma de tratamento ilícito.

Esta política de privacidade poderá ser alterada sempre que se justifique. As alterações serão divulgadas no sítio da Junta de Freguesia de Ovar.

Âmbito

A presente política aplica-se ao tratamento de dados pessoais por meios não automatizados, bem como por meios total ou parcialmente automatizados.



Ficam abrangidos os dados tratados pela Junta de Freguesia de Ovar nomeadamente os relativos a todos os cidadãos que com ela contactem, nomeadamente pelo atendimento presencial, online, telefónico ou via e-mail, os inscritos no recenseamento eleitoral, os eleitos para Órgãos da Administração Local, os dirigentes e funcionários da Junta de Freguesia, e, ainda, os prestadores de serviços externos e entidades que utilizam as instalações e meios da Junta de Freguesia.

Os órgãos representativos, e respetivos titulares, os serviços e respetivos colaboradores da Junta de Freguesia, independentemente da natureza contratual do respetivo vínculo à autarquia, estão obrigados à observância dos princípios estatuídos.

São os seguintes os canais de atendimento ou prestação de serviços ao cidadão:

- Atendimento presencial, a ter lugar em todas as instalações da Junta de Freguesia, desde que efetuados por colaboradores no exercício das suas funções;
- Atendimento telefónico;
- Carta/Ofício remetido para a Junta de Freguesia ou por Correio eletrónico;
- Portal web, que inclui todos os sítios e subdomínios associados à Junta de Freguesia, bem como outras Aplicações móveis e/ou web, com ou sem acesso reservado a utentes registados;
- Utilização de outros canais, incluindo SMS, redes sociais e outros meios de divulgação de informação de interesse público à população da autarquia em geral, etc.

Responsável pelo Tratamento

O Responsável pelo Tratamento é a Freguesia de Ovar, com sede na Rua Cândido dos Reis, n.º 49 / 51, 3880 097 Ovar.

Os dados pessoais recolhidos serão tratados e processados pelo Responsável pelo Tratamento.

Esta política de privacidade e segurança descreve os tipos de dados pessoais ou informações pessoais que recolhemos, como usamos as informações, como tratamos e protegemos as informações que recolhemos, por quanto tempo as armazenamos, com quem as partilhamos, a quem as transferimos e os direitos que os cidadãos podem exercer em relação ao uso dos seus dados pessoais. Também descrevemos como pode entrar em contato connosco relativamente às nossas políticas de privacidade e segurança e exercer os seus direitos.

Informações que Recolhemos

A Junta de Freguesia de Ovar usa e trata os dados recolhidos para os seguintes fins (conforme permitido pela lei local):

- a) Quando tal é necessário para cumprir obrigações jurídicas a que está adstrito no quadro das suas atribuições;



b) Quando o tratamento de dados pessoais é necessário no âmbito do exercício das funções de interesse público que desempenha ou ao exercício de autoridade pública;

c) Quando o tratamento de dados pessoais é necessário para a execução de contratos ou diligências pré-contratuais a ele associadas.

A Junta de Freguesia de Ovar poderá, ainda, tratar dados pessoais se nisso tiver um interesse legítimo, desde que, em cada caso, esse interesse não seja superado por interesses ou direitos e liberdades fundamentais do titular dos dados que exijam a proteção destes.

Fora das circunstâncias acima indicadas, a Junta de Freguesia apenas trata dados pessoais se tiver obtido o consentimento do titular dos mesmos para o fazer para finalidades específicas, explícitas e legítimas.

A Junta de Freguesia de Ovar é responsável pelo tratamento de dados pessoais que recolhe, trata e guarda, no sentido em que tais expressões são definidas pelo RGPD. Ao atuar como responsável pelo tratamento, a Junta de Freguesia fundamenta a licitude do tratamento de dados pessoais nas alíneas a), b), ou c) do n.º 1 do art. 6º do RGPD, podendo ainda agir ao abrigo da alínea e) da mesma disposição, que legitima os tratamentos necessários ao exercício de funções de interesse público ou ao exercício de autoridade pública.

As operações de tratamento realizadas pela Junta de Freguesia têm, assim, como fundamento primordial de licitude o cumprimento das suas atribuições e competências legais e, apenas residualmente, o consentimento dos titulares dos dados.

A Junta de Freguesia procede à recolha e tratamento de dados pessoais no âmbito da missão que desempenha, designadamente, para EFEITOS de:

- Cumprimento de obrigações legais;
- Instrução de procedimentos dirigidos pelos titulares dos dados pessoais;
- Resposta a contactos;
- Instrução de processos de candidatura ou recrutamento;
- Instrução e acompanhamento de processos de intervenção de apoio social;
- Preenchimento de formulários e questionários online ou em pessoa, designadamente para avaliação de satisfação de serviços;
- Inscrição e participação, pelos interessados, em ações de formação ou esclarecimento realizadas pela Junta de Freguesia - por exemplo, seminários, congressos, 'workshops' ou atividades similares - bem como em atividades de âmbito desportivo, cultural ou recreativo realizadas pela mesma;
- Recolha e tratamento de informação relevante para o exercício da função de Administração Pública.



A Junta de Freguesia de Ovar poderá utilizar, na prossecução dos interesses públicos que lhe estão cometidos e no âmbito da sua atividade, designadamente, os seguintes DOCUMENTOS:

- Documentos de identificação (Cartão de Cidadão; Bilhete de Identidade; Passaporte; Carta de Condução)
- Documentos profissionais (Contratos de Trabalho, Certificados de Habilitações; Certificados de Competências; Inscrição em Ordens; Fichas de Aptidão Para o Trabalho; Currículos)
- Outros (Posicionamento Remuneratório; Declarações de serviço; Recibos de remuneração; Declarações de rendimentos; Números de Identificação Bancária; Títulos de Residência; Contratos de arrendamento; Declarações de IRS, Certidões emitidas pela Autoridade Tributária; Declarações emitidas pela Segurança Social; Certidões Matriciais e Prediais; Decisões de Regulação do poder parental);
- Outros, se exigidos por lei.

As CATEGORIAS DE DADOS que recolhemos são as seguintes, e respeitam a:

a) Dados relativos à identificação:

- Nome;
- Filiação;
- Género;
- Estado Civil;
- Idade;
- Data de nascimento;
- Composição do agregado familiar;
- Nacionalidade;
- Número de identificação civil;
- Número de identificação fiscal;
- Número de beneficiário da Segurança Social;
- Fotografia;

b) Contactos:

- Morada;
- Endereço de correio eletrónico;
- Número de telefone e/ou telemóvel;

c) Dados Institucionais:

- Morada institucional;
- Endereço de correio eletrónico institucional;
- Número de telefone;
- Número de telemóvel;

d) Dados de localização:



- Localização geográfica IP;

e) Dados relativos a pagamentos:

- Dados necessários ao pagamento de taxas, tarifas ou emolumentos bem como ao cumprimento de contratos que envolvam prestações pecuniárias, designadamente Números de Identificação Bancária; dados relativos ao enquadramento fiscal que se mostrem pertinentes; dados relativos à regularização da situação contributiva, etc.

f) Dados Profissionais, Financeiros e Patrimoniais:

- Dados relativos à situação profissional, habilitações académicas, valor do rendimento médio, natureza e tipologia da habitação; identificação cadastral e matricial de imóveis, etc.

g) Imagens:

- Quando a reprodução da imagem estiver enquadrada em lugares públicos, de interesse público ou que tenham ocorrido publicamente, de acordo com o n.º 2 do artigo 79.º do Código Civil, a sua publicação pode surgir em qualquer uma das plataformas que sejam propriedade ou geridas pela Freguesia de Ovar, nomeadamente Newsletters ou publicações em redes sociais;
- A sua imagem pode ainda ser captada pelas câmaras de videovigilância da Junta de Freguesia, com vista à salvaguarda da segurança das pessoas e bens e à melhoria das condições de prevenção e repressão do crime em locais públicos de utilização comum, de acordo com a Portaria n.º 372/2012, de 16 de novembro.

Princípios Jurídicos

Todas as operações de tratamento de dados são orientadas segundo os princípios jurídicos fundamentais aplicáveis no âmbito da proteção de dados e da privacidade, designadamente quanto à sua circulação, licitude, lealdade, transparência, finalidade, minimização, conservação, exatidão, integridade e confidencialidade, estando a Junta de Freguesia disponível para demonstrar a sua responsabilidade perante o titular dos dados ou qualquer outra entidade terceira que tenha um interesse legítimo nesta matéria.

Licitude e finalidade do tratamento

As operações de tratamento de dados realizadas pela Junta de Freguesia enquadram-se numa ou mais finalidades específicas, constituindo fundamento de legitimidade o consentimento do titular dos dados e o tratamento ser considerado necessário para:

- O cumprimento de uma obrigação jurídica a que o/a responsável pelo tratamento esteja sujeito;
- O exercício de funções de interesse público ou de autoridade pública de que a Junta de Freguesia esteja investido;
- Efeito dos interesses legítimos prosseguidos pela Junta de Freguesia ou por terceiros;
- Defesa dos interesses vitais do/a titular de dados ou de outra pessoa singular.



Os dados pessoais recolhidos poderão, ainda e eventualmente, ser objeto de tratamento para fins estatísticos, para ações de divulgação de informação ou promocionais e para ações de comunicação, através de comunicação direta, seja por correspondência, seja por correio eletrónico, mensagens ou qualquer outro serviço de comunicações eletrónicas.

Estando, todavia, sempre assegurada a prévia informação e a recolha da autorização expressa para estas últimas finalidades, os/as cidadãos/ãs e utentes podem, a qualquer momento, exercer o seu direito de oposição à utilização dos seus dados pessoais para outras finalidades que extrapolem a gestão do relacionamento com a Junta de Freguesia.

Como Tratamos e Protegemos as Informações Pessoais

A Junta de Freguesia garante que a informação do particular será usada apenas para a finalidade para a qual é recolhida.

Os dados pessoais são exclusivamente tratados pela Junta de Freguesia e não serão fornecidos a terceiros, exceto nos casos em que a sua comunicação a entidades legalmente competentes e habilitadas seja obrigatória por lei.

As entidades externas a quem a Junta de Freguesia recorre para a prestação de serviços na área das Tecnologias de Informação poderão ter acesso aos dados pessoais, mas estas estarão contratual e legalmente obrigadas aos deveres impostos pelo RGPD.

Tratamos os dados pessoais que recolhemos, também por meios automatizados, para os fins acima definidos e por um período de tempo específico, em conformidade com a nossa política de retenção interna, a fim de garantir que os dados pessoais não sejam mantidos por mais tempo do que o necessário.

Mantemos normas administrativas, técnicas e físicas destinadas a proteger os dados pessoais que nos fornece. Todas elas combatem a destruição, perda, alteração, acesso, divulgação ou uso acidentais, ilegais ou não autorizados.

A fim de garantir a segurança e a confidencialidade dos seus dados pessoais, aplicamos as seguintes medidas de segurança:

- Forte controlo de autenticação de utilizadores;
- Forte infraestrutura de rede;
- Soluções de monitorização de rede.

A Junta de Freguesia esta obrigada, nos termos do art. 30º do RGPD, a manter um registo atualizado das suas atividades de tratamento de dados pessoais sendo utilizado o modelo disponibilizado pela Comissão Nacional de Proteção de Dados, adaptado às necessidades da Junta.



Recolha e Tratamento de Dados Pessoais de Menores

Os dados pessoais dos menores de idade, cuja recolha e tratamento não decorram de fundamento legal ou do exercício de funções de interesse público ou autoridade pública, somente serão recolhidos e tratados com o consentimento dos detentores das responsabilidades parentais ou encarregados de educação, ressalvado o disposto no n.º 2, do art. 79º, do Código Civil.

Durante Quanto Tempo Guardamos os Dados que Recolhemos e Processo de Arquivo e Conservação

Armazenamos nos nossos sistemas os dados pessoais que recolhemos de forma a permitir a identificação dos titulares de dados por não mais do que o tempo necessário à luz dos fins para os quais os dados foram recolhidos, ou para os quais esses dados são posteriormente tratados.

Determinamos este período de tempo específico tendo em consideração:

- A necessidade em manter armazenados os dados pessoais recolhidos para fornecer os serviços contratados com o utilizador;
- Para salvaguardar um interesse legítimo do Responsável pelo Tratamento devidamente fundamentado;
- A existência de obrigações legais específicas que tornam o tratamento necessário pelo período de tempo determinado na Lei;
- As várias deliberações do Comité Europeu para a Proteção de Dados, da CNPD e o Regulamento para a Classificação e Avaliação da Informação Arquivística da Administração Local - Portaria n.º 112/2023, de 27 de abril de 2023.

Os períodos de conservação dos seus dados podem divergir destas recomendações quando estejam em causa fins de arquivo de interesse público, motivos históricos, científicos ou estatísticos.

A Junta de Freguesia compromete-se a adotar as medidas de conservação e segurança adequadas nessas situações.

Todos os documentos fornecidos a esta autarquia têm o seguinte tratamento:

- a) Não são reproduzidos, sendo guardadas as cópias fornecidas;
- b) São guardados em arquivos próprios, adequados e organizados para o efeito;
- c) Os arquivos são condicionados, de acesso restrito e estão protegidos;
- d) Caso seja necessário, os dados serão “pseudonimizados”;
- e) São digitalizados para ficheiro de dados pessoais em formato digital.

Quando a Lei não o impedir e a pessoa que forneceu os dados o solicitar, os dados podem ser destruídos.



O acesso aos arquivos é condicionado e depende de autorização do responsável pelo seu tratamento, tendo em conta as finalidades para que os dados são recolhidos e a organização funcional da Junta de Freguesia de Ovar. Os colaboradores que, por isso, devam aceder aos dados assumem o compromisso de confidencialidade e adotam as medidas de segurança necessárias ao cumprimento das disposições legais.

Informações que Partilhamos

Não divulgamos dados pessoais que recolhemos, exceto se nos for solicitado por si, exercendo o seu direito de portabilidade de dados, como infra iremos explicitar ou nos casos em que a sua comunicação a entidades legalmente competentes e habilitadas seja obrigatória por lei.

Os Seus Direitos como Titular de Dados

Enquanto titular de dados, pode exercer, de acordo com os Artigos 15.º a 22.º do RGPD, os seguintes direitos específicos:

a) Direito de acesso: O titular dos dados tem o direito de aceder aos seus dados pessoais, a fim de verificar se os seus dados pessoais são tratados de acordo com a lei.

b) Direito à retificação: O titular dos dados tem o direito de solicitar a retificação de qualquer dado inexato ou incompleto sobre si, a fim de proteger a precisão de tais informações e adaptá-las ao tratamento de dados.

c) Direito ao apagamento: O titular dos dados tem o direito a solicitar que o Responsável pelo Tratamento apague informações sobre si e não continue a tratar tais dados.

d) Direito à restrição do tratamento: Um titular de dados tem direito a solicitar que o Responsável pelo Tratamento restrinja o tratamento dos seus dados.

e) Direito à portabilidade dos dados: O titular dos dados tem o direito a solicitar a portabilidade dos dados, o que significa que o titular de dados pode receber os dados pessoais originalmente fornecidos num formato estruturado e habitualmente utilizado, ou pode requerer a transferência dos dados para outro Responsável pelo Tratamento.

f) Direito à oposição: O titular dos dados que fornece dados pessoais a um Responsável pelo Tratamento tem o direito a opor-se, a qualquer momento, ao tratamento de dados com base em vários motivos estabelecidos no RGPD sem necessidade de justificar a sua decisão.

g) Direito a não ser sujeito a uma tomada de decisão individual automatizada: O titular dos dados tem direito a não estar sujeito a uma decisão baseada exclusivamente no processamento automatizado, incluindo a criação de perfis, se tal produzir um efeito jurídico relativamente ao titular dos dados ou de alguma forma igual e significativamente o afete.

h) Direito a apresentar queixa perante uma autoridade de supervisão: Todos os titulares de dados têm o direito de apresentar uma queixa junto de uma autoridade de controlo, em particular no Estado-Membro da



UE da sua residência habitual, local de trabalho ou local da alegada violação, se o titular dos dados considerar que o tratamento de dados pessoais que lhe dizem respeito viola o RGPD.

Conforme previsto no art.º 7 do RGPD, o titular dos dados pode retirar o seu consentimento a qualquer momento.

Atualizações à Nossa Política de Privacidade

Esta Política de Privacidade (incluindo quaisquer aditamentos) pode ser atualizada periodicamente para refletir as alterações nas nossas práticas de privacidade e requisitos legais. Se se registarem alterações significativas, iremos notificá-lo, publicando um aviso destacado no nosso Site e também através de e-mail.

Cumprimento da Proteção de Dados

A Freguesia de Ovar, declara e garante que implementou, está dotada e continuará a implementar as medidas de segurança de natureza técnica e organizacional necessárias para garantir a segurança dos dados de carácter pessoal que lhe sejam fornecidos visando evitar a sua alteração, perda, tratamento e/ou acesso não autorizado, tendo em conta o estado atual da tecnologia, a natureza dos dados armazenados e minimizando os riscos que estão expostos.

Como entrar em Contato Connosco

Se tiver dúvidas ou comentários a fazer relativamente a esta política de privacidade, ou se quiser exercer os seus direitos de forma não presencial, por favor contate-nos através:

Junta de Freguesia de Ovar

Telefone: 256 588 396

Email: geral@jf-ovar.pt